



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1.978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Mesias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otásio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem n.º 76/78

Curitiba, 02 de agosto de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação n.º 01, datado de 30/06/78, ao Convênio n.º 28/78, celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 125/78, 142/78 e 143/78, do Senhor Governador do Estado comunicando haver sido **sancionado** os Projetos de Lei n.ºs: **Agradeça-se.**

08/78 do Senhor Deputado Ivo Thomazoni que doa ao Município de Medianeira lotes que especifica, para construção

do aeroporto local, o qual convertido em Lei tornou o número 7.021. — **Agradeça-se.**

169/77 Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.027. — **Agradeça-se.**

141/77 Do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina Doutor Lauro Müller Soares, a unidade pólo de União da Vitória ensino de 1.º grau, o qual convertido em Lei tomou o número 7.028. — **Agradeça-se.**

EMENDA:

Zanusso (foto)

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 91/78

§ 3.º Aos médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão; realizado antes da vigência desta lei, é assegurado o direito ao aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Diversos médicos concorreram a cinco vagas de Capitão anunciadas em concurso realizado há alguns meses atrás. O resultado publicado mostrou a aprovação de seis candidatos. Destes, apenas um foi nomeado, tendo em vista incorreta interpretação, quando da preparação do edital, pois na verdade somente uma vaga existia na época.

Os aprovados foram informados, então que já tramitava processo que visava a criação de novas vagas ficando eles na expectativa de aproveitamento.

O projeto que ora se discute, entretanto, prevê no quadro de saúde, o cargo inicial de 1.º Tenente para os médicos, embora estabeleça seis vagas para o cargo de capitão.

Assim, para que fiquem assegurados os direitos dos concursados propomos a presente emenda.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 82/78, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Assistencial de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão, VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do jornalista COLBERT MALHEIROS, ocorrido na última semana, no Rio de Janeiro, quando alí descansava de seus trabalhos na imprensa paraense.

Quem faz política em nosso Estado, nesses últimos vinte anos, conviveu, naturalmente, com a análise serena, objetiva, dos escritos de COLBERT MALHEIROS no "Diário do Paraná", onde diariamente enfocava com o brilhantismo de sua cultura, o panorama político de nosso Estado. Visão esclarecida, ele sabia, mais do que ninguém, tirar dos acontecimentos diários de nossa política, conclusões acertadas em

sua coluna, a par do editorial daquele matutino, que ele também escrevia.

Funcionário do Poder Executivo, ele dava na Imprensa do Palácio Iguacu, a serenidade de seu trabalho, a justeza de seu caráter, o fulgor de sua inteligência. Nesse sentido, foi colaborador de quase todos os governadores que ali exerceram seus mandatos, como Moysés Lupion, Munhoz da Rocha, Ney Braga, Paulo Pimentel, Parigot de Souza, Emílio Gomes e o atual ocupante do Palácio.

Carioca de nascimento, foi um paranaense de coração, aqui constituindo família e dando, no setor jornalístico, toda a sua vida. Genitor de um funcionário deste Poder, o também jornalista Enio Malheiros, é justo que aqui se consigne o sentimento de todos os políticos, de seus amigos, pela irreparável perda.

Outrossim, pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Accioly Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido a Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do SR. JOAQUIM GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocorrido no dia 17 de julho p.p., nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com apoio do Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Margarida Neves, ocorrido na cidade de Guairacá. A extinta era membro de tradicional família daquele município e mãe do Prefeito Senhor Osmar Neves.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à família enlutada e ao senhor Prefeito de Guairacá.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Wilson Fortes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em data de hoje, na cidade de Londrina, do Senhor Honorato Tureta.

O extinto, antigo morador da cidade de Marumbi, muito contribuiu para o progresso e o desenvolvimento daquela importante comuna de nosso Estado, onde deixou grande círculo de amizade, pelas suas qualidades de honrado cidadão e exemplar chefe de família.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa da Sra. Brasília Tureta, residente à Rua Nilton Braga esquina com Otávio Palhares, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício consubstanciado em veemente apelo

ao Senhor Diretor do Instituto Nacional de Previdência Social INPS — no Paraná, no sentido de determinar com urgência a credenciação de médicos na cidade de Parancity e Cruzeiro do Sul, com a finalidade de dar atendimento em consultas naquelas cidades de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Manoel Gaona.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a reconstrução ou recuperação da ponte que liga os bairros do Atuba, Bairro Alto e Avenida Graciosa, na divisa dos Municípios de Curitiba, Colombo e Piraquara.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

A ponte em questão, que liga o Bairro do Atuba e também o Bairro Alto à Avenida Graciosa, faz parte do Patrimônio Histórico do Brasil, e foi destruída pelo tempo, encontrando-se atualmente em completo abandono.

É necessária uma imediata manifestação por parte do nosso Governo, no sentido de que a mesma seja recuperada ou reconstruída, pois não apenas trará grande benefício aos moradores dos dois bairros, pela facilidade de acesso, como também, teremos preservado o patrimônio histórico nacional.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que determine a construção de um novo prédio no Colégio Leôncio Correia, para a 5a. até a 8a. série e o 2o. Grau, construção esta, a ser feita no terreno anexo à referida escola.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Alfredo Gulin.

JUSTIFICATIVA:

Os bairros próximos ao Colégio Leôncio Correia são bastante habitados, e com um número muito grande de crianças em idade escolar, buscando por isso os bancos escolares daquele Colégio, o qual está superlotado de alunos, não havendo mais lugares para os que se encontram matriculados, o que se torna difícil exercer normalmente o magistério, e também prejudicando o aproveitamento por parte dos alunos.

Acrescente-se ainda que pelo fato de haverem muitos alunos, torna-se até mesmo quase impossível fazer a limpeza da escola, pois nem há tempo para isso.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um telefone público na rua Afonso Lipinski, na Vila Camponesa, nesta Capital, preferencialmente no "Bar Terezinha".

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma Vila populosa e de considerável movimento de comércio, que necessita urgentemente de ampliar seus meios de comunicação.

Apesar de já existir ali um Telefone Público, este situa-se em local pouco acessível, inclusive com dificuldades de aquisição de fichas. Por esta razão, solicita-se a instalação de um aparelho no Bar Terezinha, da rua Afonso Lipinski, o que virá facilitar sobremaneira os usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, solicitando a expansão da rede de água às ruas números 3 e 4 do Jardim Serrador, a fim de atender quarenta e três casas, no ponto final do ônibus Vila Montana, nos fundos da Sociedade 3 Marias Clube de Campo.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a água é elemento essencial à sobrevivência, o presente requerimento está mais do que justificado, ainda mais levando-se em conta o grande número de famílias residentes naquele local.

Estamos certos de que esse órgão não medirá esforços no sentido de atender essa premente e justa reivindicação, com a máxima urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Jayme Canet Júnior e Secretário dos Transportes, Osiris Stenghel Guimarães, formulando apelo para que seja iniciada a construção da estrada Vera Cruz — Santa Helena, do que decorrerá além de outros benefícios, a imediata absorção da crescente mão de obra ociosa na região.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

A estrada Vera Cruz — Santa Helena é um dos mais antigos anseios da comunidade do oeste. Sua construção, prevista desde o início de 1977, continua sendo aguardada.

O desemprego decorrente das péssimas condições da lavoura, a qual até mesmo a de subsistência, foi dizimada pela seca e recentes geadas, está gerando grave crise social.

Uma obra de vulto como a que se encarece, por certo absorveria toda a mão de obra ociosa, dando condições de vida digna àquela laboriosa população, considerando-se ainda que dentro do sistema viário, e de integração a sua importância é das maiores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que a Assembléia Legislativa envie ao Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, telex nos seguintes termos:

"A Assembléia Legislativa do Paraná manifesta integral apoio e aplausos à iniciativa de Vossa Excelência no sentido de que seja expressa em lei a isenção, através de proposição presidencial, ao Congresso Nacional, do Imposto de Renda, para os antigos servidores públicos

e trabalhadores em geral, já afastados da atividade, inclusive aos pensionistas".

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

De início, devemos dizer que a iniciativa do ilustre Ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, de isentar do Imposto de Renda, os funcionários e trabalhadores aposentados, alcançou a maior repercussão, não só no Paraná, como em todo o país.

Nós, pessoalmente, somos favoráveis à medida, de forma integral, pois entendemos não ser justo considerar-se a aposentadoria ou pensão, no cômputo da renda bruta, de vez que o numerário delas decorrentes não deve ser levado em conta de salários ou vencimentos propriamente ditos.

Estamos certos de que Vossa Excelência, o eminente presidente Ernesto Geisel, que sempre se mostrou tão sensível a verdadeiras reivindicações populares, antes de deixar a chefia da Nação e praticando ato da mais absoluta justiça que o credencia ao reconhecimento de todos, há de fazer com que a iniciativa do titular da Pasta da Fazenda se converta em lei, o mais breve possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Presidência do Banco do Estado do Paraná, veemente apelo no sentido de determinar com urgência a instalação de uma agência na sede do Distrito de IBEMA, Município de Catanduvas.

O crescente desenvolvimento do aludido distrito está a exigir que o estabelecimento oficial do Estado mantenha ali uma agência a fim de atender a sua progressista população, bem como a expressiva produção agrícola regional.

A justa reivindicação que se faz com o presente apelo, se reveste no grande benefício não só para a região de influência daquele Distrito, como também do próprio poder público em prol da continuidade do progresso da região.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Fuad Nacli.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N.º 124/78
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D.E.C.R.E.T.A.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "INSTITUTO SANTO ANTÔNIO DO BEM ESTAR AO MENOR — ISABEM", com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Nilso Sguarezzi.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia à comunidade de Santo Antônio do Sudoeste.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente Plano de Lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 125/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — É privativa, do Despachante Oficial, a mediação entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN, de conformidade com o disposto nesta lei.

Art. 2.^o — Compete, ao Diretor do Departamento de Trânsito, ouvido o Secretário de Estado de Segurança Pública, expedir a credencial de habilitação para o exercício da função de Despachante, a que se refere esta lei, bem como a respectiva carteira funcional, para localidades especificadas.

Parágrafo único — A titulação do Despachante será proporcional ao número de veículos registrados em cada Município do Estado, à razão de um (01) para cada dois mil (2000) veículos, observando-se, porém, a titulação mínima de dois (02) Despachantes em cada Município.

Art. 3.^o — O Candidato ao exercício da função mencionada no artigo anterior, deverá:

I — Fazer prova de:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) ser eleitor;
- d) estar quite com o serviço militar;
- e) sanidade física e mental, com laudo médico, expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- f) nível de instrução secundária, mediante comprovante de conclusão do curso (1.^o ciclo);
- g) idoneidade, com certidões Negativa dos Cartórios de Protesto de Títulos da Capital e, se residente no Interior do Estado, do Cartório Local; e Negativa das Varas de Execuções Criminais, mais do Comércio, Falência e Concordatas, dos últimos dez (10) anos;
- h) atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Instituto de Identificação;
- i) bons antecedentes políticos-sociais, expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS);
- j) identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de contribuinte, expedido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II — Com a documentação constante do item anterior, o candidato, em requerimento, dirigido ao Diretor do Departamento de Trânsito, indicará o Município para o qual pretende ser credenciado.

III — O Diretor do Departamento de Trânsito, após examinar a documentação instrutória e ouvido o Secretário da Segurança Pública, prolatará seu despacho fundamentado, deferindo ou não, o pedido.

IV — Deferida a pretensão, o Despachante credenciado deverá firmar termo de responsabilidade, garantindo por caução, junto ao Tesouro do Estado, em moeda corrente do país, para cobrir eventuais danos, causados ao DETRAN ou a terceiros, em valor fixados por ato do Secretário da Segurança Pública.

V — Até sessenta (60) dias após o ato de credenciamento, o Despachante deverá apresentar, ao órgão competente do DETRAN, prova de inscrição como segurado da previdência social.

Art. 4.^o — As Associações civis, registradas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado do Paraná, de fundo filantrópico ou assistencial poderão, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito, ter Despachantes Oficiais credenciados.

Art. 5.^o — Compete, ao Despachante, na esfera da jurisdição municipal para a qual foi credenciado, o seguinte:

- a) representar seus clientes, desde que autorizado através de documento hábil, independentemente de procuração;
- b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços administrativos do DETRAN;
- c) requerer certidões e outros, necessários à instrução de processos, solicitar informações sobre a tramitação processual, bem como, diligenciar sempre na defesa dos interesses de seus clientes, junto ao DETRAN;
- d) recolher, em nome dos seus representados, quaisquer impostos, taxas, multas e outros emolumentos;
- e) não manter filiais;
- f) requerer certidões e outros documentos como atestados de residência, licença de inflamáveis e solicitar ofícios para liberação, junto às Delegacias Especializadas de Polícia.

Art. 6.^o — O Despachante poderá ser transferido, a pedido, do Município, no qual foi credenciado, para outro, verificada a ocorrência de vaga, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito.

Art. 7.^o — A transferência também poderá ocorrer por permuta, entre dois (02) Despachantes, mediante requerimento, dirigido ao Diretor do Departamento de Trânsito e a critério da mesma autoridade.

Art. 8.^o — Serão concedidos o título e a carteira, de que trata o art. 3.^o, aos Despachantes que, mediante atestado, passado pelo órgão competente do DETRAN, comprovarem que, na data da promulgação desta lei, exerciam, no Departamento de Trânsito, regularmente, sua função.

Art. 9.^o — Cada Despachante poderá requerer, ao Diretor do Departamento de Trânsito, a credenciação de um (01) empregado que indicar.

§ 1.^o — O empregado, devidamente registrado, com Carteira Profissional do Trabalho, como auxiliar, funcionará sob a exclusiva responsabilidade do Despachante;

§ 2.^o — Ao empregado, aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao Despachante, excetuado o disposto na letra b, do item I e item II, do artigo 4.^o da presente lei.

§ 3.^o — O empregado deverá ter idade superior a dezoito (18) anos.

§ 4.^o — O Despachante firmará um termo de responsabilidade, sobre os atos praticados pelo seu empregado, no exercício das respectivas funções.

Art. 10 — Incumbe, ao Despachante Oficial:

- a) tratar com urbanidade, clientes e funcionários, respeitando o regime disciplinar do serviço público;
- b) diligenciar o rápido andamento dos processos que lhes forem confiados;
- c) manter livro de registro, de conformidade com o modelo a ser estabelecido pelo DETRAN, onde conste:
 - 1 - nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;
 - 2 - A natureza dos serviços que lhe forem confiados, com a respectiva conclusão e contas.
 - 3 - Os pagamentos recebidos.
- d) apresentar o livro de que trata a alínea anterior, para exame, sempre que solicitado pelo Departamento de Trânsito;
- e) prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;
- f) acatar as determinações das Chefias do Departamento de Trânsito e, com elas, cooperar;

manter em seus escritórios, em lugar visível ao público, impressas e sem rasuras:

1ª - tabela de honorários aprovada, pelo Diretor do DETRAN;

2ª - tabela de taxas do DETRAN, relativas aos serviços de atribuição do Despachante.

h) comunicar, dentro de vinte e quatro (24) horas, à Diretoria do DETRAN, a dispensa de empregado, devolvendo a credencial respectiva;

i) portar e exibir, em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial, (crachá) expedida pelo DETRAN;

j) identificar os processos, que encaminhar, junto ao DETRAN, com carimbo próprio, onde conste o nome do Despachante o número da portaria de credenciamento, sua data e o endereço do escritório;

l) instruir os processos, além da documentação regular, com uma comprovante padrão, fornecido pelo DETRAN, onde deverá constar a autorização do cliente, bem como dos honorários;

Art. 11 — É vedado, ao Despachante, nos termos desta lei:

a) desempenhar cargo ou função pública;

b) realizar propaganda contrária à ética profissional;

c) cobrar, por seu trabalho, importância superior à tabela de honorários, aprovada pelo Diretor do DETRAN;

d) delegar a outrem, empregado, suas atribuições, definidas em lei e respectivo regulamento;

e) aceitar o patrocínio de causa que, de qualquer modo, venha a redundar em prejuízos a terceiros ou à administração pública;

f) manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

g) exercer sua função fora da jurisdição municipal para a qual foi credenciado.

Art. 12 — Constitui impedimento legal para o credenciamento de Despachante, o parentesco, até o 3.º grau, inclusive na linha de afinidade, com funcionário do DETRAN ou à disposição do mesmo órgão, asseguradas, todavia, as situações anteriormente consolidadas.

Art. 13 — Pela infração das regras, que fixam seus deveres funcionais, na esfera administrativa, o Despachante ficará sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência, no caso de infração leve, aplicada verbalmente, e repreensão, no caso de negligência, por escrito, a última, anotada na respectiva ficha funcional, ambas sem publicidade;

b) multa, até o valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), reajustável em cada exercício;

c) suspensão da atividade profissional, até o máximo de um (01) ano;

d) cassação da credencial.

§ 1.º — O Diretor do DETRAN é competente para a aplicação de quaisquer das penas, referidas no artigo anterior e, os Chefes de Circunscrições de Trânsito (CIRETRANS) para as de advertência e repreensão.

§ 2.º — A pena de multa será aplicada ao infrator, no caso de reincidência, em infração leve, independentemente de sindicância;

§ 3.º — A imposição das penas de suspensão, no caso de falta grave, e de cassação, no caso de falta gravíssima, será sempre precedida de sindicância, mediante notificação do acusado, pessoalmente ou por editais, estes com o prazo de cinco (05) dias, para oferecimento da defesa por escrito,

no prazo de dez (10) dias, facultada a juntada de documentos.

§ 4.º — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso, à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 14 — O Departamento de Trânsito manterá, em seção própria, o registro e o cadastro dos Despachantes Oficiais credenciados, para efeito de anotações em sua vida profissional.

Art. 15 — Os honorários dos Despachantes Oficiais serão fixados por decreto, em importância não excedente a vinte por cento do salário de referência.

Art. 16 — Dentro de sessenta (60) dias, contados da publicação desta lei, será baixado, por decreto, sua regulamentação.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo hoje esta tribuna para, profundamente entristecido, propor a esse Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente jornalista Colbert Malheiros, ocorrido na última semana, na cidade do Rio de Janeiro.

De Colbert Malheiros, eu posso dizer que, quem faz política no Estado do Paraná, nessas últimas duas décadas, e com ele conviveu, pôde, através dele, pela análise serena e objetiva de seu espírito no jornal "Diário do Paraná", conhecer mais corretamente o panorama político deste Estado.

Era Colbert Malheiros um homem de visão esclarecida, que sabia, mais do que ninguém, tirar dos acontecimentos diários da política paranaense as conclusões efetivamente acertadas e que também, pela sua pena brilhante e inteligente, soube transmitir nos editoriais do "Diário do Paraná", que escreveu, não apenas, uma interpretação comum a todos os jornais; singularmente, em seus editoriais, o que todos encontraram não eram as entrelinhas destinadas a dúbias interpretações. Ao contrário, usando das expressões mais claras, sabia transmitir com evidência, aquilo que ele pensava a respeito de determinado assunto, sempre de interesse público.

Também exerceu funções na administração pública, onde, no Poder Executivo, emprestou a sua magnífica colaboração aos serviços de imprensa do Palácio do Governo, e ali, como parte de sua personalidade, dedicou-se com empenho a uma tarefa que reputo das mais difíceis, porque no mais das vezes, é obrigado o jornalista, a escrever não exatamente aquilo com o que concorda.

Ainda assim, Colbert Malheiros, soube pontificar no exercício de tal atribuição, pela seriedade que imprimia a seu trabalho, pela justeza de seu caráter, e pelo fulgor de sua inteligência.

Colaborou com quase todos os governadores, que exerceram os seus mandatos, posteriormente à redemocratização do País.

Ajudou a Moysés Lupion, colaborou para difundir a inteligência de Munhoz da Rocha, trabalhou com Ney Braga, Paulo Pimentel, o inesquecível Parigot de Souza, Emílio Gomes e também com o atual ocupante do Palácio.

Carioca de nascimento, foi paranaense de coração. Aqui constituiu família, dando ao setor jornalístico toda a sua vida.

Genitor de um funcionário deste Poder, e faço absoluta questão de mencionar, o também jornalista Enio Malheiros.

É justo que aqui se consigne o sentimento de todos os poli-

ticos, de seus amigos, pela irreparável perda.

Era só, Sr. Presidente. *(Com revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, inscrito.

Antes, porém, a Presidência deseja, com muita satisfação, registrar, nas tribunas deste plenário, as presenças dos Srs. José Ferreira Alier, José Ferreira da Silva e Valdemar Araújo Filho, industriais do Município de Goioerê; da mesma forma, a Presidência registra, com satisfação, a presença dos Srs. José E. de Souza, digníssimo Vereador da Câmara Municipal de Guaraci.

Com a palavra, o Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela ordem do Mestre, foi ele quem disse — “Ide e ensinai” — é certo que o fez numa preocupação com o mundo.

O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que qualquer Estado deste País, está carente de cultura; o destino desta Pátria, Sr. Presidente, o destino deste País, Srs. Deputados, está esperando que alguém com cultura, mais do que nós, venha defendê-lo. Não se espera a paz e a democracia, se não houver cultura. Os nossos filhos são, Sr. Presidente, o destino desta Pátria; o futuro dela, os nossos filhos estão entregues às mãos de mestres que manipulam a sua consciência, que constroem uma esperança. E veja, Sr. Presidente, justamente no Estado do Paraná, onde teremos um Governador que foi Ministro da Educação e da Cultura, a professora, muitas professoras, fazem greves, estão em greve, por falta de segurança do seu salário. Já disse, desta tribuna, de professora que, durante as férias, se transformava em bóia-fria, para o seu sustento, Sr. Presidente. É um absurdo! É incrível a falta de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, quando deixa, quando permite que, por falta de salário, a professora, Sr. Presidente, que educa o filho de V. Ex.^a, que educa o filho do Governador do Estado, que educa os nossos filhos, tenha a necessidade de entrar em greve.

Há poucos meses, aquele nefasto veto, visando contra a professora, agora a professora não suportando mais, entra em greve porque o Governador do Estado do Paraná, não sei no que e em quem, está pensando. Ocupo a tribuna, Sr. Presidente, para que deixe constado em ata, a nota distribuída à imprensa pelo Líder do MDB, Deputado Nilso Squarezzi, hoje, e que consta no “O Estado do Paraná”. É a seguinte a nota:

“O Juiz e o Professor, desempenham para o Estado, tarefas senão iguais, da mesma importância e significado. Quando os nossos mestres, não mais aguentando a situação em que se encontram reúnem-se corajosamente para reivindicar seus direitos, é conveniente lembrar o célebre despacho que um Juiz de Direito, no Estado do Rio Grande do Sul, fez constar na ata de audiências: “NÃO ME ENCONTRO EM CONDIÇÕES PARA REALIZAR O ATO. A MAGISTRATURA ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO PRECÁRIA EM VIRTUDE DOS BAIXOS VENCIMENTOS QUE RECEBEM OS MAGISTRADOS GAÚCHOS. ACONTECE QUE HOJE É DIA 3 DE MARÇO E AINDA NÃO RECEBI O VENCIMENTO DE JANEIRO; ASSIM O ESTADO NÃO ESTÁ COLABORANDO COM A MAGISTRATURA NO SENTIDO DE PROPORCIONAR AOS MAGISTRADOS A TRANQUILIDADE NECESSÁRIA AO BOM DESEMPENHO DO DIFÍCIL CARGO.

NAS CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS EM QUE ME ENCONTRO NÃO POSSO DECIDIR, SOB PENA DE PREJUDICAR AS PARTES. DEVO SAIR A FIM DE CONSEGUIR PROVISÕES PARA MINHA FAMÍLIA, POIS TENHO O ENCARGO DE MANTER ESPOSA E CINCO FILHOS”.

Ora, o quadro do Magistério paranaense se não é igual é pior, pois além dos baixos vencimentos, da falta de garantias profissionais e do excesso de trabalho a que muitos professores suportam, além disso tudo, existe o famigerado coman-

do político, que seleciona os menos aptos e menos capazes, criando situações incríveis e inimagináveis, como essas criadas agora no Sudoeste (Pato Branco e Dois Vizinhos) em que para prestigiar os candidatos do governo, as direções de colégios estaduais obrigam os alunos a comparecerem aos comícios da Situação, dando um ponto aos que comparecem e tirando um ponto aos que deixam de comparecer.

Solidarizamo-nos com o professorado paranaense e exigimos do Governo do Estado, senão um tratamento legal, mais humano para com nossos professores.

Ameaçar a repressão policial contra os mestres não é apenas desconhecer o problema, é não querer resolvê-lo, como infelizmente tem sido feito até aqui. Em nome da Bancada Opositorista esta liderança assegura ao Governo, total apoio a todas as medidas legislativas que se fizerem necessárias para a restauração da dignidade e função do magistério.

Dar condições ao mestre é preocupar-nos com o futuro de nossos próprios filhos. Pedir aos mestres “que agora é hora de somar” é insistir num argumento que se repete há anos e já se desgastou pelo uso.

Agora, nada se pode pedir ao MESTRE DO PARANÁ, senão que conserve sua DIGNIDADE e não se deixe esmorecer pela luta da libertação nacional, pois direitos se conquistam, antes que sejam esmolas dadas pelos poderosos do dia.”

Sr. Presidente, no momento em que registramos, que pedimos que inclua este pronunciamento do nosso partido, do nosso líder, é no mesmo momento que pedimos para o Governo do Estado do Paraná que olhe pelos nossos filhos e dê aos Mestres condições de sobrevivência, condições de colocar alguma coisa na sua despensa, na sua panela, na sua cozinha. E deixe o Governo deste Estado, e deixe o Governo desta Nação, Sr. Presidente, de fazer banquetes em vésperas de eleições e olhe pelos nossos filhos, pelos professores das nossas crianças.

Era só, Sr. Presidente. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há poucos instantes estive nesta tribuna, o eminente Deputado Accioly Neto, tecendo as mais justas considerações em torno do desaparecimento do nosso convívio, do jornalista Colbert Malheiros. Unimo-nos neste momento, exteriorizando os sentimentos de a todos quantos militam e trabalham nesta Casa, traduz o pesar pelo recebimento de uma notícia inesperada. Na realidade, foi a fatalidade que nos privou do convívio que a todos engrandecia, dessa figura humana, pelo seu tirocínio, pela sua honestidade, no modo de agir, grangeou o mais legítimo prestígio, em nossa sociedade.

Escusado dizer portanto, que subscrevemos o requerimento encaminhado à mesa, por se tratar de uma homenagem, que embora não possa lementavelmente corrigir uma falta por todos nós sentida e lamentada, faz no entanto, justiça, ao nome desse emérito jornalista.

Assim, encontrando-se ainda presente, em razão inclusive de suas funções nesta Casa, o ilustre filho do homenageado, Dr. Ênio Malheiros, a quem transmitimos as expressões desta sentida homenagem, notada e ressaltada, por igual, pela imprensa e pelos demais órgãos do Estado, por onde aquele servidor prestou, em inúmeras vezes, o talento de sua colaboração.

Pode-se, portanto, concluir que é a própria Assembléia, pelo seu unânime pensamento, que atribui à brilhante figura de Colbert Malheiros, esta justa homenagem. Homenagem de reconhecimento, homenagem a um nome que, temos certeza, não se apagará da história do jornalismo paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — *(Sem revisão do orador)*.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra,

no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No reinício dos trabalhos desta Legislatura, requeri, à Casa, e foi aprovado, um requerimento que considerava Mensagem do Executivo que reestrutura o Quadro de Advogados da Procuradoria Geral da Justiça como estando em regime de urgência.

Segundo informações obtidas, tal projeto se encontra na Seção da Ordem do Dia aguardando sua inclusão para as necessárias discussões.

Ora, Sr. Presidente, ocorre que este projeto foi apreciado pela Comissão Especial, no mês de junho. Assim sendo, há mais de 60 dias se encontra o mesmo em condições de ser apreciado.

Em contato com a Liderança do Governo, nesta Casa, ficamos conhecendo o ponto de vista do Chefe do Executivo que não abre mão da Mensagem original, não acatando as emendas que a douta Comissão houve por bem recomendar.

!Criado assim o impasse, porquanto tramitou tal projeto, como se fora Lei Complementar, para qual se requer o "quorum" necessário de dois terços, é necessário o entendimento prévio entre as duas bancadas para que ele tenha o sucesso necessário.

Mas, o MDB entende que não pode aprovar alguns itens da Mensagem por serem flagrantemente inconstitucionais.

E assim sendo, surgido o impasse, Sr. Presidente, e estando o projeto em regime de urgência, acredito que só a precipitação dos acontecimentos conseguirá se chegar a um entendimento.

Assim sendo, Sr. Presidente, requeremos a V. Ex.^a que determine para a próxima terça-feira a inclusão, na Ordem do Dia, para 1ª discussão do projeto. Tempo suficiente para que, até aquela data, cheguem as Lideranças a um entendimento.

Porque, Sr. Presidente, como é de praxe, de costume, nesta Casa, se nenhuma das bancadas requerer verificação de "quorum", o projeto poderá ser aprovado por maioria simples.

Diante disso, requeiro a V. Ex.^a que determine ao Departamento competente para que, na próxima terça-feira, esse projeto de lei, que se encontra em regime de urgência, seja incluído na Ordem do Dia, para necessária discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os jornais de hoje publicam uma nota do Sr. Governador do Estado, em que faz uma advertência ao Magistério do Paraná, uma advertência grave, uma advertência de que os professores do Estado do Paraná poderão estar incursos na Lei de Segurança Nacional, se tais professores não retornarem, de imediato, à prática das aulas.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, desta nota, cabe-nos discordar quanto à afirmação inicial da nota, de que apenas 10% dos professores deste Estado, se encontram, participando do Congresso que debate os problemas do Magistério do Paraná.

Portanto aqui em Curitiba, Senhor Presidente, para citar só um exemplo e sentir a profundidade desse movimento, é de notar-se que o Colégio Estadual do Paraná, padrão dos colégios do Paraná, encontra-se sem aulas, completamente parado. Como disse o seu próprio diretor: "aqui no Colégio Estadual está tudo calmo. Não temos professores, não temos alunos".

Eu não quero, Senhor Presidente, entrar no mérito da nota do Sr. Governador, mas quero fazer o Sr. Governador do Estado sentir de que é necessário uma providência e que se os professores se mostram irredutíveis, também não poderá o Governo do Estado, sob a alegação, de que o movimento é ilegal, também mostrar-se irredutível, porque se se reconhece que muitas reivindicações dos professores são justas, cabe a nós, Senhor Presidente e ao Governador do Estado, remover essa ilegalidade, para que então se faça justiça à nobre classe dos professores.

Senhor Presidente, como afirmamos ontem, o MDB nesta Casa se dispõe a aprovar de Plano, toda a medida legislativa que o Chefe do Executivo entender válida para solucionar ou encaminhar o problema do Magistério paranaense.

Mas, Senhor Presidente, — aqui o motivo dessas nossas palavras, se um só professor deste Estado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se um só professor deste Estado for punido pela Lei de Segurança Nacional, em função deste movimento que se reconhece justo, então, Senhor Presidente, haverá terminado o diálogo entre a nossa bancada e o Governo do Estado do Paraná, entendimento no sentido do MDB sempre comparecer aqui neste plenário e jamais terá arredado o pé daqui para dar o apoio necessário, democraticamente, perdendo as votações, mas sempre demos o "quorum" necessário para que as mensagens do Executivo fosse encaminhadas e levassem a legitimidade deste Poder.

Se um só professor deste Estado, como diz a nota ameaçadora do Sr. Governador do Estado, venha a ser punido pela Lei de Segurança Nacional, o MDB, Sr. Presidente, através da sua bancada nesta Casa, não estará, mais dando o "quorum" necessário a qualquer Mensagem do Executivo que venha para ser aprovada nesta Casa.

O que entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que ninguém é dono do poder, e de que a responsabilidade é dividida. Por isso, fica também a nossa advertência, de que se um só professor for punido quando pleiteia medidas que dignifiquem a sua função, quando um só professor deste Estado, for punido por essa lei, reconhecida pelos próprios líderes dessa revolução, que é uma lei draconiana que existe movimento até nos nossos Tribunais e o Superior Tribunal Federal já preparou um estudo com essa interrogação de partes dessa lei. Se um só mestre deste Estado, for punido em função deste movimento, a bancada do MDB, sistematicamente, não dará "quorum" nesta Assembléia e terá, então, a Liderança da ARENA de recorrer, sistematicamente, à presença da sua bancada para aqui ter "quorum", porque aqui estará um só Deputado do MDB mas, sistematicamente, para pedir verificação de "quorum".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, no tocante à pretensão da inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 177/77.

Tratando-se de matéria que exige "quorum" privilegiado para sua aprovação, e considerando que a pretensão do eminente Líder do Movimento Democrático Brasileiro deseja a sua inclusão para a Sessão da próxima terça-feira, a Presidência aguarda os entendimentos a nível de Liderança de bancada, até quinta-feira, quando poderá, em razão do entendimento, mandar incluir o referido Projeto de Lei na Ordem do Dia para a próxima terça-feira.

A Presidência, no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, por indicação da Liderança, concede a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que conste dos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um discurso feito pela oradora do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, em razão da sua atualização e dos conceitos emitidos. (Lê):

"Solene e conscientemente acabamos de jurar, perante vós, "usar os Meios de Comunicação para divulgar a cultura, a verdade e a paz". Muito antes disto, contudo, senhores, muito anterior ao conhecimento das praxes cerimoniais que ora aqui se celebram, foram os nossos propósitos, fundados, todos eles, na visão e sentimento das realidades que nos cercam e que a todos dizem respeito, sobretudo a nós, obreiros da Comunicação.

Confessamo-nos, no entanto, sabedores de que, não obstante todos os propósitos e juramentos que possamos prestar em qualquer tempo, aqui ou alhures, e em que pese a disposição para a luta, luta essa que não se iniciará logo mais ao transpor-

mos esta porta mas que começou nos bancos escolares, ante a difícil expectativa de sobrevivência com que o jornalismo premeia os que a ele se dedicam, e diante do ideal e da missão social que nos caberá cumprir, confessamo-nos sabedores de que não será fácil a observância desta rápida fórmula.

As dificuldades advêm precisamente da sociedade que prescreve normas imperativas de juramento solene com a verdade, com a cultura e com a paz para, em seguida, numa atitude contraditória e às vezes afrontosa, exigir, em nome da "ordem social e política", em nome do "desenvolvimento", em nome de uma "ideologia", toda sorte de concessões. É a partir daí que temos, salvo exceções raras, empresas de comunicação comprometidas e compromissadas, girando à volta dos poderosos, num esquecimento quase total de que a comunidade deve ser seu objetivo e seu fim primeiros.

Este o panorama que ora apresenta o setor de comunicação no Brasil, caracterizado pela má informação por tendenciosa e parcial e, por isso mesmo, omissa e digna do descrédito, como vem acontecendo por parte da já alienada população brasileira.

As conseqüências são as piores possíveis para um país que já carrega o pesado ônus do analfabetismo, da desinformação e da falta de consciência de si mesmo, como fatores de desintegração social. Um cunho maior de realismo se estabelece se considerarmos que valores como os que prometemos defender e que deveriam ser preservados a todo custo, perderam o significado para o empresário em conseqüência do seu imediatismo e individualidade no trato da informação.

É aí que colocamos as nossas dúvidas e que indagamos: seremos criativos o bastante e suficientemente fortes para fazer face a vícios tão arraigados? Há mais de um século aqui se instalou um carioca de nascimento, Cândido Martins Lopes, de quem tomamos o nome de turma, e que se propôs essa tarefa, interrompida após 36 anos, pelo Decreto de 29 de março de 1890, que estabelecia censura à imprensa nacional da época.

Fundador do primeiro jornal paranaense, na então Província do Paraná, que acabava de conquistar sua independência, tinha, o "Pai da Imprensa Paranaense", Cândido Martins Lopes, um conceito elevado da imprensa. Assim escrevia ele, a 1.º de abril de 1854, no número inaugural do DEZENOVE DE DEZEMBRO: "A imprensa, como todas as coisas e instituições humanas tem um lado bom e outro mau, pois se é origem fecunda de vantagens sociais, também como razão, se lhe atribuem males gravíssimos. Às vezes solta e desenfreada como anarquia, a imprensa atropela tudo, nada é para ela sagrado, nada inviolável; ataca e escarnece do que é mais caro e precioso do homem; subverte e desmorona sem nada edificar, e no lugar das ilusões apenas deixa o malogro e o desespero: eis o seu lado mau; outras vezes porém, desveladamente ocupada em investigar só a verdade útil e profícua ao país, a imprensa, tomando a iniciativa do bem, discute as questões de maior interesse para a sociedade, orienta e dirige a opinião na senda do progresso e dos melhoramentos e serve de fídal ao poder. Debajo desse aspecto, ela tributa profunda homenagem à moralidade e, sem curvar-se ao espírito do partido nem ao interesse pecuniário, declara guerra à mentira, à hipocrisia e às paixões vis e odiantas: eis o lado belo da imprensa".

O que ocorre no momento, não poderá, de forma alguma, ter germinado da semente lançada por esse pioneiro. Se encarado com honestidade o problema, o que encontramos é uma técnica aprimorada utilizada por mentalidades que em nada se casam com a pretensão de um país emergente mas que, muito ao contrário, retrata um Brasil da fase colonial, com todos os óbices ao desenvolvimento de uma imprensa sadia e com todos os fatores propícios à expansão do espírito aventureiro que outra causa não tem que a do enriquecimento fácil e rápido. A questão é grave mas, senhores, se não puder, por essa mesma razão, se constituir numa bandeira, que pelo menos, seja

um tema.

Mas, não estamos aqui por um simples acaso. Nem aqui chegamos de repente. Há alguns anos que caminhamos em direção a este objetivo qual seja o de conquistar o diploma e a bagagem cultural que nos facultem o exercício da profissão de jornalista. Com maior ou menor sacrifício o fato é que chegamos a um ponto decisivo da caminhada durante a qual muita coisa vimos e aprendemos, sendo que, as lições mais proveitosas talvez não nos tenham sido ministradas nas aulas formais de cumprimento às exigências curriculares, mas, foram lições de vivência.

Por isto é que, agora, após convívio tão longo, nos julgamos no direito e no dever de fazer algumas reflexões acerca desse mundo sonhado por muito e que, apesar das falhas que naturalmente sempre nele encontraremos, ainda pode ser considerado a pedra de base da sociedade, razão suficiente para justificar o nosso grande interesse pelo seu futuro.

O jovem brasileiro, para ingressar no Curso Superior, tem um preparo de oito anos findos os quais, sua personalidade se acha em fase de cristalização e começam a amadurecer os princípios que o aprendizado social lhe proporcionou. Aparecem, então, os tipos de comportamento que vão caracterizar o jovem adulto, sobressaindo-se aí a contestação que Paul Lievens, neuropsiquiatra belga, considera normal e assim comenta: "A contestação dos jovens adultos é uma possibilidade de se provocar uma reflexão nos adultos e podemos dizer que um universo em que ninguém contestasse seria um mundo acabado. É uma atitude em que um dos elementos fundamentais é a defesa da liberdade individual e aparece nos indivíduos que começam a entrever que poderiam modificar o seu meio porque se sentem preparados para organizá-lo, eles próprios. O fato de ser a contestação mais freqüente e intempestiva na idade pré-adulta, e mais rara na idade adulta, deve-se a que, no primeiro caso, o indivíduo ainda pouco assumiu as responsabilidades mas sente-se capaz de fazê-lo, enquanto no segundo caso o indivíduo já tomou diversos compromissos que o instalaram para a vida e o prendem".

As apreciações de Paul Lievens nos ajudarão a entender o problema do universitário no nosso caso.

Segundo as convenções ainda imperantes em nosso meio, a universidade constitui o único caminho pelo qual o cidadão pode obter, juntamente com o diploma, muitas vantagens especialmente um "status" cujo grau varia com o curso escolhido. De posse do "pergaminho", imagina ele estar preparado para alçar o vôo definitivo na concretização de seus ideais, geralmente puros e sinceros embora nem sempre objetivos e realistas.

Não tardarão a perceber que a realidade é um pouco diferente. Alguns, dotados de um maior espírito crítico, mais decididos e auto-confiantes, findam por abandonar o curso, convencidos de que o que lhes oferecem não corresponde às suas necessidades de jovens e de futuros profissionais. Dos demais, alguns ainda acreditam realmente, posto que, por mais que se desiluda, o homem sempre acredita um pouco. É preciso acreditar pois são estes que, embora em pequeno número, terão o mérito de manter a perpetuidade do ensino e a força da persistência para promover mudanças. O resto, que é a maioria, permanece indiferente, uma massa amorfa e insípida e, pela maneira como as coisas são conduzidas, sente-se que não há preocupação pela formação de líderes e sim, de indiferentes que não incomodem.

O mais sério, contudo, é que o estudante de hoje não contesta e nada explica melhor sua apatia do que o "medo de se queimar". E ele não teme sozinho. Uma ameaça está sempre no ar que se respira, no tom tímido e cauteloso com que os senhores mestres, felizmente que não todos, tratam cada assunto, mormente os que diretamente es referem às realidades brasileiras atuais e sempre que o termo "política" esteja implíci-

to. São respostas fugidias, são fugas diretas do tema, são afirmações que jamais convencem por sabermos insinceras. Vêm evasivas, vêm sustos pelo simples temor de um possível lapso que os comprometa. É esse o clima hoje dominante no âmbito universitário.

Imaginamos a universidade como uma peça viva e jamais estática no processo social e invocamos o Cônego François Houart, professor na Universidade Católica de Louvains como respaldo aos nossos pontos de vista quanto ao dinamismo desse processo: "Toda a sociedade está em mudança permanente e hoje, numa realidade social em transformação rápida, a mudança transformou-se num valor... é importante que, a todos os níveis, os homens, como pessoas, adotem conscientemente as opções que condicionam a sua vida e que os grupos sociais intervenham realmente na determinação dos objetivos coletivos da sociedade, para não continuarem a ser monopolizados por pequenos grupos".

Para que essa pudesse vir a ser também a nossa realidade, necessário seria que fôssemos chamados a um contato mais próximo senão direto com os fatos sociais e políticos do país, que pelo contrário, estão se tornando tabus, sagrados e intocáveis.

O próprio critério da reforma de ensino é um engano que outra coisa não visou senão a desintegração do ambiente estudantil, num desmentido cabal das boas intenções dos reformadores. Sucede que, vínculos são perigosos por gerarem coesão que sugere solidariedade que leva ao desenvolvimento do espírito de classe, classe que critica, que reivindica, que exige. Inicia-se, então, um processo flagrante de alienação cujas conseqüências podem ser terríveis. A prosseguir assim, teremos, dentro de poucos anos, autômatos, esses muitos que atualmente circulam pelos corredores das universidades, como os donos dos destinos do país, de um país que já começou a perder, com a diminuição da capacidade de crítica, do debate, da atuação reivindicatória, a própria consciência.

Despedidas, agora, não fazem sentido. Continuaremos unidos e orgulhosos na qualidade de membros permanentes da Universidade Federal do Paraná. E, nessa condição, reconhecidos aos nossos valiosos mestres, esperamos aceitem, como ato de fé, nossas opiniões.

A primeira Universidade do Brasil urge por mudanças amplas e profundas que visem realmente o aprimoramento do ensino no País. Quando estas se caracterizarem, parabéns à nação brasileira pela contribuição altamente meritória e de tão elevado sentido social que lhe terá conferido o nosso Paraná.

A vós, pais, professores e pessoas gradas, incentivo permanente para a conquista deste título, com alegria, nossa fé e nossa gratidão.

a) Marília Canabrava Barbalho"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por estar inteiramente solidário a este pronunciamento que solicito a V. Ex.^a que o mesmo faça parte dos Anais desta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta à Liderança da Arena, sobre se deseja ocupar o espaço que regimentalmente a Mesa lhe concede. — (Pausa) — (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 91/78, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para juntar ao projeto.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. —

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o Templo de Umbanda Yemanjá, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná - CEAG/PR, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/78, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, que denomina "Viaduto Theófilo Ferreira Loyola", o viaduto sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Com Emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Está encerrada a discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está em fase de votação, porquanto a discussão encerrou-se anteriormente.

Se V. Ex.^a desejar falar, a Presidência lhe concede a palavra no encaminhamento de votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra S. Ex.^a.

O SR. DENI SCHWARTZ — Senhor Presidente, apenas para chamar a atenção dos Senhores Deputados, como dois pesos e duas medidas estão sendo usados nesse caso, dessa rodovia. O Sr. Governador vetou um projeto de lei aprovado por esta Casa, que denominava a Rodovia PRT-280 e a alegação do Sr. Governador, é de que essa rodovia é do plano federal. Agora, o líder do Governo, o mesmo Deputado que votou contra aquele projeto de lei, apresenta um novo projeto, denominando Viaduto Theófilo Ferreira Loyola ao viaduto da PRT-280. Se contradiz o Sr. Líder da Arena, demonstra aquilo que temos dito nesta Casa, que nós mesmos estamos a desmerecer parlamentares, pois nos recusamos, se recusou o Sr. Líder do Governo, reconhecer a validade daquele projeto de lei e agora apresenta um projeto similar.

O Sr. Governador deverá também apesar do nosso voto favorável a esse projeto de lei, por uma questão de equidade, deverá também vetar esse projeto, ou é federal ou não é federal ou será federal apenas por ser o anterior projeto de autoria do MDB e o projeto que denominava, que dava o nome a uma estrada, nome de um cidadão simples, mas que por todos os méritos merece essa homenagem, assim como eu acredito, o Sr. Theófilo Ferreira Loyola mereça. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o Projeto de Lei n.º 36/78.

Aprovado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Senhor Presidente, requeremos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

(Tímpanos)

Em votação Projeto de Lei n.º 36/78.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. —

(Pausa).

Nove (9) Srs. Deputados aprovam; dois (2) Srs. Deputados rejeitam; um (1) Sr. Deputado não se manifestou.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 36, 42, 48, 49 e 63/78.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 105/75 e 31/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 35, 82 e 121/78.

Marcando ainda, uma sessão para quinta-feira, dia 17, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 106/77, 24, 60 e 74/78.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 106/78.

Levanta-se a sessão.